

Corpos disciplinados, vozes silenciadas: uma análise de *Corpo desfeito* (2022), de Jarid Arraes

Luane Gabrielle Monteiro Luna*

Geovana Quinalha de Oliveira**

RESUMO

Este artigo propõe uma análise do romance *Corpo Desfeito* (2022), da escritora brasileira Jarid Arraes, por intermédio de um *corpus* crítico-teórico feminista com o intuito de refletir como o sistema político e cultural do patriarcado tem operacionalizado dispositivos de poder que alocam as mulheres em posições de inferioridade e invisibilidade submetendo-as a opressões, controles de seus corpos e violências de diferentes formas ao longo da história ocidental. Buscamos debater as estratégias éticas, políticas e estéticas do romance cujas tessituras abrem espaços para compreendermos o texto literário como lugar de reflexão, resistência e re-existência, e sobre temas, pautas e agendas cruciais para as mulheres em termos de equidade, ampla liberdade e não-violência. Consideramos, ainda, a complexidade de fatores que atravessam as experiências das mulheres por meio de uma leitura crítica interseccional que considera marcadores sociais como gênero, raça/etnia, classe/economia, sexualidade, religiosidade e lugar. Nossa fundamentação teórica está embasada em estudos de Elódia Xavier (2021), Cecil Zinani (2011), Carla Akotirene, (2019), Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2019) e Cida Bento (2022).

Palavras-chave: corpo disciplinado; crítica feminista; interseccionalidade; feminismo negro; *Corpo desfeito*.

* Mestranda em Literatura e práticas culturais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2706-758X>

** Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3538-9362>

Restrained bodies, silenced voices: an analysis of *Corpo desfeito* (2022), by Jarid Arraes

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the novel *Corpo Desfeito* (2022), by Brazilian writer Jarid Arraes, through a feminist critical-theoretical corpus with the intention of reflecting how the political and cultural system of patriarchy has operationalized power mechanisms that allocate women to positions of inferiority and invisibility, subjecting them to oppressions, control of their bodies, and violence in different forms throughout Western history. We seek to debate the ethical, political, and aesthetic strategies of the novel, whose textures open spaces for us to understand the literary text as a place of reflection, resistance, and re-existence, and on crucial themes, issues, and agendas for women in terms of equity, broad freedom, and non-violence. We also consider the complexity of factors that permeate women's experiences through an intersectional critical reading that considers social markers such as gender, race/ethnicity, class/economy, sexuality, religiosity, and place. Our theoretical foundation is based on studies by Elódia Xavier (2021), Cecil Zinani (2011), Carla Akotirene, (2019), Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2019) and Cida Bento (2022).

Keywords: restrained body; feminist criticism; intersectionality; black feminism; *Corpo desfeito*.

Recebido em: 11/04/2025 / Aceito em: 18/11/2025

Corpo desfeito: um ciclo de violências

Jarid Arraes, autora que veio de uma família de cordelistas e xilogravadores, nasceu em 1991 no município de Juazeiro do Norte (CE), a mesma ambientação que faz parte do livro *Corpo Desfeito* (2022). Seu livro de contos, *Redemoinho em dia quente* (2019), foi vencedor do prêmio Biblioteca Nacional e *Um buraco com meu nome* (2018), livro de poemas, foi finalista do Prêmio Jabuti. Como ativista no incentivo à literatura, Jarid fundou o *Clube de Escrita Para Mulheres*, realizando encontros a fim de encorajar mulheres no processo de escrita. Além disso, possui diversas contribuições editoriais e mais de setenta cordéis publicados.

No romance *Corpo Desfeito* (2022), a escrita de Jarid Arraes evidencia uma cadeia de violências que atravessa três gerações de mulheres. O livro apresenta a narradora e protagonista Amanda, que perdeu a mãe aos 12 anos e, sem conhecer o pai, é deixada aos cuidados da avó, uma mulher dura e intolerante que passa a cercear progressivamente todos os aspectos da vida da garota sob o pretexto de seguir os mandamentos divinos e cristãos, reproduzindo, portanto, as regulações de gênero estruturadas pelo patriarcado e reiteradas pela instituição religiosa, também responsável por constituí-las, legitimá-las e perpetuá-las.

A trajetória de Amanda, marcada por perdas, controle e silenciamentos, evidencia que sua experiência não pode ser lida apenas pela lente individual ou familiar. Ao contrário, os conflitos que atravessam sua vida dão a conhecer estruturas sociais mais amplas que moldam e restringem a existência das mulheres. É a partir dessa compreensão que se torna fundamental mobilizar uma leitura que considere a articulação entre diferentes eixos

de opressão. Por uma perspectiva interseccional, analisamos a violência de gênero ligada a outros marcadores sociais, a exemplo da classe/economia, raça e religiosidade.

Jarid Arraes recusa a leitura de suas personagens como “miseráveis”, pois isso reforça estereótipos sobre o Nordeste. Contudo, o marcador social de empobrecimento faz parte do cotidiano da narrativa, pois os empregos das mulheres que sustentam a casa — primeiramente Fabiana (mãe), depois Marlene (avó) — são mal remunerados e a protagonista passa por grandes dificuldades durante toda a vida.

Toda essa situação se intensifica após a morte de Fabiana, momento em que também se iniciam os opressivos rituais religiosos que a avó impõe a Amanda, e sobre os quais discutiremos mais adiante. A partir daí Marlene transforma completamente a dinâmica familiar. A gestão do lar, já marcada pelo empobrecimento, torna-se ainda mais frágil, e os ritos religiosos introduzem novas e severas restrições à vida de Amanda. A fim de instituir a si e à neta uma vida humilde e de renúncia às coisas do mundo, estabelecendo uma possível relação com princípios religiosos de “pobreza divina”, Marlene descarta todas as vestimentas, brinquedos de Amanda, seus últimos absorventes, aparelhos eletrônicos, além de limitar o acesso a itens básicos de higiene e até mesmo energia elétrica.

Um outro aspecto a ser analisado na obra diz respeito a questões raciais. Apesar da narradora evitar o excesso de descrições físicas das personagens, é possível concluir que algumas delas são pessoas negras com diferentes tons de pele. Ao refletir sobre a ausência do pai, Amanda expressa o desejo de saber “de quem era a minha cara. Com quem eu me parecia. De onde vinha o meu cabelo castanho e crespo, minha pele

amarelada, meus olhos grandes. Tudo tão diferente de mainha” (Arraes, 2022, p. 31). No trecho, Amanda destaca algumas diferenças físicas entre ela, com cabelos crespos e castanhos, e sua mãe Fabiana, que possuía fios escuros e lisos. Contudo, a narradora não nos fornece outras menções diretas e descrições físicas específicas a respeito do tom de pele de Fabiana. Já sobre os estereótipos e sua relação com o avô Jorge, Amanda narra:

Não sei como ele começou a gostar de mim. [...] Me parecia que, na maioria das vezes, ele conseguia me distanciar o suficiente de mainha, esquecendo um pouco que eu tinha uma ligação de sangue com ela, porque nossos cabelos, os meus e os dele, eram muito mais parecidos, ainda que os cabelos dele fossem curtos e grisalhos, e porque minha pele não tinha aquele tom marrom, que era o mesmo tom de vó. Minha palidez, parecida com a dele, também era um motivo para encontrar em mim a possibilidade do afeto (Arraes, 2022, p. 33).

Como se vê no trecho acima, ao ser mais próxima da aparência do avô do que o “tom de marrom” da pele da avó, Amanda recebia um pouco do afeto de Jorge, que era sempre violento com a avó Marlene e, por extensão, com a filha Fabiana. Essa diferença de tratamento expõe comportamentos racistas dentro do próprio núcleo familiar. Como destaca Linda Bertolino e Leocádia Chaves (2023), o cruzamento entre fatores de raça, classe e gênero na obra *Corpo desfeito* (2022) é um conjunto fundamental para pensarmos nos corpos das demais personagens e “no corpo de Amanda que carrega no sangue a herança do discurso colonial — ser filha de uma mãe solteira e “marrom”. E, por isso, também, “prostituta” e exame/objeto de condenação” (2023, p. 367).

Ainda na esteira dessas questões, verifica-se um ciúme

excessivo e infundado por parte do avô que, diversas vezes, violenta a esposa por considerar que Fabiana não é sua filha simplesmente porque seu tom de pele não se aproxima do pai. O fato é que Jorge é um homem violento que naturaliza suas ações e culpabiliza sua esposa, como é próprio da estrutura perversa do patriarcado e do racismo.

Diante desse cenário de violências naturalizadas, o olhar dessa pré-adolescente nos conduz ao passado das mulheres de sua família e ao seu próprio cotidiano, revelando suas dores, memórias e resistências. Por intermédio de uma narração em primeira pessoa, tecida quase como um diário, Amanda transita entre presente e passado para contar o que sabe sobre as vidas da avó, Marlene, e da mãe, Fabiana, suas experiências de mulheres negras, empobrecidas e assujeitadas pelo sexismo e o racismo estrutural.

Corpo Desfeito (2022) caracteriza-se como uma obra que põe em evidência a violência em suas diversas formas para representar experiências que foram legitimadas pelo patriarcado, como a violência doméstica, instigando o questionamento sobre a relação de poder entre homens e mulheres e, sobretudo, a repressão de mulheres também contra outras mulheres, como se vê na relação da avó Marlene com sua filha e neta.

Em um casamento conturbado, Marlene resistiu por anos às violências físicas, psicológicas e traições em prol de manter a “sagrada instituição do casamento”. O marido nunca permitiu que a esposa pudesse desfrutar do espaço público, exceto a Igreja. Muito religiosa, a personagem se silenciava diante das agressões de Jorge, tanto infligidas a ela, quanto à filha pequena, Fabiana, rejeitada pelo pai. Para Marlene “marido é coisa sagrada, casamento é coisa sagrada, é a vontade da Virgem

Maria, que as esposas sejam pacientes, que aceitem sua missão” (Arraes, 2022, p. 35).

Em meio a este violento núcleo familiar, a filha Fabiana, ainda na adolescência, engravidou e precisou abrir mão de seus planos acadêmicos e profissionais para ajudar no sustento da casa e cuidar da criança sozinha, uma vez que o pai da criança sequer aparece como personagem na trama. Suportando agressões verbais e o preconceito não só de sua comunidade, como da própria família, que descrevia a situação como “um fenômeno da impulsividade e um atestado da incapacidade feminina de fechar as pernas” (Arraes, 2022, p. 12), Fabiana criou Amanda com muita dificuldade, sem nenhum tipo de amparo econômico, tampouco emocional:

Tudo vinha antes de mim e do leite em pó que eu precisava, todas as prestações, vontades, todas as obrigações de uma casa. [...] Meu primeiro tempo de vida foi todo acolchoado pelas almofadas que me protegiam das grades do berço, mas que também tapavam minha visão. Não sei se demorei a me desenvolver, assim no completo, mas demorei a falar. Como se não quisesse ter o que dizer. Mainha não desfazia os nós de minha língua, estava sempre trabalhando (Arraes, 2022, p. 13).

Nessa passagem em que Amanda retorna às memórias de sua infância, é possível perceber como a relação entre mãe e filha já era marcada por algumas situações difíceis para ambas. Isso se manifesta tanto nas necessidades básicas na primeira infância, pois a mãe estava sempre a trabalhar, como no fato de Fabiana não conseguir defender Amanda dos maus-tratos da avó. Embora percebesse a violência, ela estava submetida a uma dupla opressão: o assujeitamento à severa autoridade dos pais e a urgência de garantir o sustento da filha.

Ainda que certas questões carreguem o peso do empobrecimento, da opressão e das violências, a sensação de abandono e isolamento afetivo culminam na dificuldade de Amanda em expressar-se, tornando-se uma menina silenciada. Com a ausência frequente da mãe que trabalhava dia e noite, a menina também cresceu com muitas obrigações domésticas e exigências impostas pela avó, o que a impedia de viver plenamente sua infância, pois seu cotidiano era extremamente controlado por Marlene.

Sempre que eu terminava de fazer o almoço e limpar a casa, se eu pegasse a boneca sequer para descansar minha vista na carinha bonita dela, eu podia me preparar para ouvir meia hora de essas bonecas de hoje em dia, esse short curto, as pernas de fora, esse tanto de maquiagem, minha virgem, tenha juízo, Amanda. Era um gosto por me aperrear quando eu parecia ter a menor das alegrias. Se eu não estivesse com cara de sofrida esfregando calcinha no tanque de lavar roupas, eu não estava na minha condição de espírito ideal (Arraes, 2022, p. 19).

Além das inúmeras restrições, Amanda, frequentemente agredida pela avó, é a representação de um corpo cuja cultura hierarquiza gerações e justifica a violência como forma de afeto ou correção. Sobre isso, a avó afirma: “eu bato pra educar, pra ela aprender, não virar uma drogada, uma quenga, ou me dominar, hoje em dia tem filho que bate em pai e mãe” (Arraes, 2022, p. 101). Essas agressões permaneciam incólumes, uma vez que Amanda nunca sentiu-se segura para buscar ajuda e Fabiana, sua mãe, parecia não perceber os maus tratos sofridos pela filha.

[...] calei porque percebia a distração de mainha quando ela voltava. [...]. Depois da ameaça, vó estralou o cinto nas minhas pernas. Oito, nove, dez lapadas. Chicoteou minha bunda com a ponta pesada que terminava com a

fivela dourada. Achou que o couro era pouco e tirou um cipó verde do pé de fruta. O cipó machucou mais do que o cinto (Arraes, 2022, p. 43-44).

Essa dinâmica estende-se por toda a infância de Amanda, marcando um amadurecimento atravessado pelo silenciamento e pela submissão à violência praticada justamente por pessoas que, legalmente, deveriam protegê-la. Com o início dos rituais instituídos por Marlene, sob a suposta justificativa de proteger e purificar a neta, a avó inicia a prática de orações constantes e impõe uma série de regras comportamentais envolvendo o que a neta deve fazer, comer e vestir.

Ao decorrer da narrativa as violências psicológicas e físicas se intensificam, manifestando-se em constantes repreensões e restrições à liberdade da menina. A narrativa adquire um caráter cada vez mais ritualístico, como a obrigatoriedade das orações diárias diante de uma estátua de santa que representa o rosto de Fabiana, morta em um acidente. Esse ritual cria uma atmosfera opressiva e controladora de um corpo disciplinado. Contudo, em um movimento de deslocamento, esse corpo disciplinado resiste e se encaminha para vislumbrar caminhos outros, como será discutido nos próximos tópicos.

Hierarquias de gênero: uma leitura a partir da crítica feminista

A construção da ideia de inferioridade das mulheres é um processo histórico, político e cultural profundamente enraizado nas estruturas de poder que moldam as relações de gênero. Ao longo dos séculos, as mulheres¹ foram sistematicamente

¹ O termo mulheres é aqui entendido em sua pluralidade, diferente do essencialismo biológico.

marginalizadas, sendo reduzidas a papéis de subordinação em diversas esferas da sociedade e em diferentes partes do mundo. As desigualdades estabelecidas por intermédio do sexismo produziram papéis de gênero como mecanismo de controle em relação aos corpos femininos, determinando, por exemplo, a definição de espaços destinados a homens e mulheres. Marcava-se então uma expressiva diferença entre os locais privados reservados às mulheres e os espaços públicos destinados à socialização e ao engrandecimento masculinos, sob o engendramento do patriarcado².

No mundo ocidental, essa divisão de espaços foi intensificada pela Revolução Francesa que “acentua a definição das esferas pública e privada, valoriza a família, diferencia os papéis sexuais estabelecendo uma oposição entre homens políticos e mulheres domésticas” (Perrot, 2009, p. 14). De acordo com Michelle Perrot (2009), durante o processo da Revolução Francesa, ocorreu um estreitamento rigoroso das diferenças entre as fronteiras que separam a vida pública (para homens) e a vida privada (para mulheres). A historiadora explica que dentro dessa lógica, no universo masculino dos que participavam da vida política, o privado passou a ser associado a conspirações e traições, tornando necessário que as reuniões e discussões de interesse político fossem públicas. Em contrapartida, às mulheres foi reservado exclusivamente o ambiente doméstico e suas tarefas, e estas eram proibidas de fazer parte de quaisquer organizações políticas, pois o espaço público lhes era negado. Como relata Perrot:

2 Diferentemente da concepção tradicional sobre o conceito de patriarcado e seu sentido literal de “governo do pai ou de direito paterno”, compreendemos o termo dentro das proposições da crítica feminista, ou seja, o patriarcado é um sistema estrutural de opressão e violência em relação às mulheres cujas bases de dominação e poder masculinas modificaram-se e atualizaram-se no decorrer da história da humanidade ocidental e ainda são vigentes. O “patriarcado contemporâneo”, como propõe Lia Zanotta Machado (2000), e o “patriarcado moderno”, de Carole Pateman (1993) são possibilidades de se pensar o termo e suas peculiaridades na atualidade.

todas as associações femininas foram suprimidas, pois iam contra a “ordem natural”, na medida em que “emancipavam” as mulheres de sua identidade exclusivamente familiar (privada). [...]. As mulheres eram tidas como a representação do privado, e sua participação ativa como mulheres em praça pública era rejeitada por praticamente todos os homens (Perrot, 2009, p. 22-23).

A partir dessa perspectiva, é possível compreender como foi engendrada a naturalização da subordinação feminina por uma visão sexista e tradicional dos papéis de gênero, que considerava as mulheres apenas parte do ambiente doméstico e familiar, enquanto aos homens era permitido a liberdade da vida pública à sua escolha. O sistema cultural e político que estrutura as diferenças hierárquicas de gênero em relação aos espaços atribuídos a homens e mulheres tem origem na ideia forjada em torno da inferioridade das mulheres cuja gênese remonta às narrativas dos grandes mitos fundadores da humanidade, a exemplo do mito judaico-cristão de controle e regulação dos papéis sociais de gênero.

Segundo Alves e Pitanguy (2022), todo o esforço milenar e operacional do patriarcado para “provar” a inferiorização das mulheres revela que essa condição não é natural, e que justamente por isso precisa ser reiterada, justificada e atualizada por práticas e narrativas simbólicas. Se analisarmos contextos recentes do mundo das redes sociais, por exemplo, é notória a disseminação do ódio às mulheres por intermédio de ideologias de masculinidades tóxicas, em que diversos perfis compactuam com movimentos como *Red Pill*, *Incel* (*Involuntary celibates*), *MGTOW* (*Men Going Their Own Way*) e *MRAs* (*Men’s Rights Activists*), que incluem pessoas adultas, adolescentes e, em alguns casos, até crianças.

Diante desse cenário, a postura de resistência das mulheres e de pessoas feministas contra esses discursos de controle e assujeitamento do corpo feminino é essencial, do mesmo modo como é imprescindível recuperar a história e as lutas e conquistas das mulheres para que não se caia no esquecimento os malefícios que o sexismo e a regulação de gênero exerceram e ainda exercem para toda a sociedade.

No campo da literatura, em contraposição a uma literatura universal e canônica — que foi historicamente dominada pela perspectiva masculina —, a produção literária de mulheres se apresenta como uma forma de resistência na disputa das relações de poder quanto à representatividade e à re-apresentação do mundo por intermédio de uma perspectiva outra. A literatura produzida por mulheres desnaturaliza as construções de gênero e cria estéticas moldadas por projetos intelectuais e políticos em relação à arte como produção cultural de denúncia ao patriarcado, à sujeição, à objetificação, à violência e a diversas outras formas de opressão impostas às mulheres. Isso não quer dizer que homens não possam e não devam escrever sobre tais temáticas. O que estamos afirmando é que a autoria de mulheres, antes invisibilizada, vem redefinindo a história da literatura tornando-a mais plural, diversa e inclusiva.

Essa pluralidade é ainda maior quando pensamos em outros marcadores sociais, como raça/etnia, classe/economia, sexualidade, lugar, religiosidade, faixa etária. Nesse sentido, o feminismo tem possibilitado o exercício de escuta para vozes marginalizadas para além da categoria gênero, exercendo uma criticidade indispensavelmente interseccional (Akotirene, 2019), de modo a questionar a maneira como a literatura, assim como outras produções culturais, configura-se como um espaço de disputa de poderes.

A esse respeito, é importante pontuar que os corpos femininos muitas vezes vistos como “sexo frágil” oprimidos e proibidos de exercerem funções como trabalhar para além do espaço doméstico, representavam apenas uma parcela de um extenso grupo de mulheres. Essa narrativa não contempla a realidade de mulheres negras, cujas vivências históricas e sociais são profundamente distintas pois, como afirma Sueli Carneiro,

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, *de que mulheres estamos falando?* Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto (Carneiro, 2019, p. 314, grifo nosso).

Na esteira do pensamento da filósofa Sueli Carneiro, algumas mulheres lutam para, ao menos, serem humanizadas e não para terem direito ao trabalho, pois as mulheres negras e empobrecidas sempre trabalharam. A reivindicação dessas mulheres é para que o trabalho que sempre fora exercido por elas receba o reconhecimento e remuneração devidos. O feminismo eurocêntrico que se popularizou na década de 1960 não deu conta de articular questões de especificidades culturais, étnicas, raciais, sexuais, religiosas e socioeconômicas das mulheres. Por isso, a diversidade de experiências exige um olhar individualizado dentro do próprio movimento feminista.

Nas palavras de Maria Lugones (2020), ao relacionar a opressão de gênero ao processo de dominação colonial, a autora destaca a importância de uma perspectiva interseccional de análise, uma vez que o feminismo popularizado no século XX não relacionava questões de gênero, classe e heterossexualidade com a racialização. A autora reconhece a importância do movimento contra a disseminação da ideia de corpos femininos como frágeis, passivas e inferiores física e intelectualmente, mas afirma que esse feminismo “não explicou a relação dessas características com a raça, já que elas são parte apenas da mulher branca e burguesa” (Lugones, 2020, p. 73).

A esse respeito, a pesquisadora Carla Akotirene (2019) destaca que a interseccionalidade tem o objetivo de instrumentalizar a relação teórico/metodológica “racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado — produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (Akotirene, 2019, p. 14). Com isso, ignorar a complexidade de fatores que atravessam os corpos femininos e pensar a literatura de mulheres única e exclusivamente a partir da perspectiva de gênero resulta em um reducionismo que apenas retarda o avanço do debate em busca de mudanças sociais efetivas. As diversas marcas culturais identitárias moldam as experiências de vida e, por extensão, a literatura das mulheres que ali se (in)screvem.

Se para as mulheres brancas a autoria representou um marco significativo na busca por autonomia, para as mulheres negras a literatura representa, também, uma forma de enfrentamento contra o pacto da branquitude (Bento, 2022). É uma reescrita da história e autoafirmação de suas subjetividades e experivivências

pois, como afirma Gonzalez (2020), a hierarquia racial e sexual suprime a humanidade das mulheres negras justamente porque lhes nega o direito de serem sujeitos de seus próprios discursos.

Para as mulheres negras, a autoria é também uma possibilidade de se escre(vi)ver a partir de seus corpos geopolíticos, históricos e culturais. O discurso racista e misógino de que a mulher negra não produz intelectualidade é uma perversidade estrutural que perpassa a experiência literária dessas mulheres, limitando seu incentivo à publicação, à valorização na indústria editorial e ao reconhecimento das/dos leitoras/es. Essa é uma urgência sobre a qual não podemos nos silenciar porque perpetua atos anti-humanitários, desigualdades, reforça estereótipos de classe/economia, reproduz o racismo estrutural e a misoginia.

Corpos disciplinados

No eixo da crítica feminista e dos estudos de gênero, Elódia Xavier, em seu livro *Que corpo é esse?* (2021), apresenta uma análise da corporalidade feminina em diversas narrativas da literatura brasileira. A autora problematiza onze categorias de estudo do corpo³ a fim de compreender como as práticas sociais moldam e atravessam as experiências corporais das mulheres em diferentes contextos. Interessa-nos para este estudo o conceito “corpo disciplinado”, que reúne em sua definição os estudos de três pesquisadores — Arthur Frank, Michel Foucault e Pierre Bourdieu — em diálogo com a análise de Elódia Xavier.

Para Arthur Frank (*apud* Xavier, 2021), criador da categorização da tipologia dos corpos, a maior característica do

³ As categorias de estudo do corpo são: corpo invisível, corpo subalterno, corpo disciplinado, corpo envelhecido, corpo imobilizado, corpo refletido, corpo violento, corpo degradado, corpo erotizado, corpo liberado e corpo caluniado (Xavier, 2021).

corpo disciplinado é o que ele chama de carência, relacionado à falta de algo. Essa carência é constantemente assegurada pelo processo de disciplina, ou seja, é um corpo que vive de acordo com as regras que foram impostas a ele.

A subserviência de Amanda, na obra de Jarid Arraes, é evidente em sua aceitação às rígidas regras comportamentais impostas por Marlene, como as restrições ao que vestir, ao que pode ou não fazer, a quais lugares pode frequentar e como se portar publicamente. É importante salientar como sua postura de obediência não se trata de uma escolha, mas do resultado da criação de uma garota silenciada desde o nascimento, e que teve sua subjetividade totalmente reprimida.

A imagem idealizada de Fabiana, construída pela avó, funciona como um mecanismo de opressão que molda o comportamento de Amanda e limita sua autonomia. Maltratada pelos pais ao longo da vida, sobretudo após a gravidez precoce e fora do casamento, vista como uma afronta aos preceitos religiosos da família, Fabiana passa a ser ressignificada por Marlene após sua morte. A mudança repentina é reveladora: antes humilhada por “não ter dado um pai” a Amanda, Fabiana torna-se, nas palavras da avó, “boa, paciente, pelejou muito na vida, morreu de injustiça” (Arraes, 2022, p. 11). Quais os motivos desse paradoxo comportamental?

Por um lado, acreditamos que o comportamento de Marlene pode ser compreendido como resultado da culpa e do remorso pelas agressões que a filha sofria, pois como Amanda conta: “mainha explicou para vó que toda aquela culpa precisava de perdão, e que a única forma de ser perdoada estava no esforço para manter uma vida decente e modesta” (Arraes, 2022, p. 53). Por outro, é um mecanismo eficaz e perverso para controlar o

corpo de Amanda, usando o apelo/idealização maternal para regular e controlar uma menina vulnerável que ansiava por uma conexão com a mãe morta, pois como afirma a pequena Amanda: “A promessa de partilha me comoveu” (Arraes, 2022, p. 53).

Me botei de joelhos, mais emocionada do que sabia que ficaria. Supliquei para entender o que estava acontecendo. Pedi me prepara para o que a senhora quer pra mim, me ajuda a ver do mesmo jeito, a aceitar, eu quero seguir, quero honrar cada detalhe do que a senhora desejou pra mim, eu quero, mainha, santa, eu preciso de ajuda (Arraes, 2022, p. 69).

Essa submissão, tanto à hierarquia familiar, quanto à figura materna ausente, como no trecho supracitado, reflete a construção social, as performances da feminilidade e as expectativas de conformidade impostas às mulheres na sociedade que ainda atuam na contemporaneidade. O silêncio de Amanda, como aponta Ana Duarte (2023), é resultado de seu amor familiar, mas também pela ideia fomentada durante sua formação de que ‘sacrificar sua vida em prol do outro “é como oferecer o corpo para ser punido”’ (2023, p. 53). Desse modo, a personagem só consegue romper esse ciclo de violência ao final dos nove meses de agressões após a morte da mãe, “embora no oitavo mês já começasse aos primeiros rompantes, como vestir, mesmo sendo descoberta, as roupas que queria” (Duarte, 2023, p. 53).

Michel Foucault (1987), em suas discussões acerca da ideia de “corpos dóceis” explica que o poder dessa disciplina vem dos métodos de operação de controle sobre os corpos, métodos que realizam a sujeição desses corpos e que impõe uma relação que ele chama de “docilidade-utilidade”. Segundo o autor, em uma relação de dominação se estabelece um vínculo de aceitabilidade, de submissão, e passa a existir ali uma disposição para obedecer

e aceitar a dominação, como um adestramento, através de limitações, proibições ou obrigações (*apud* Xavier, 2021).

Nesse sentido, a teoria da “violência simbólica” de Pierre Bourdieu, como aponta Xavier (2021), é fundamental para compreender essa dinâmica de poder, pois a “força simbólica” define uma forma de dominação que atua sobre os corpos sem a necessidade de opressão física. Essa violência se manifesta de maneira sutil, manipuladora, através de uma longa relação de subordinação aos agentes de dominação, levando à internalização de normas e valores opressores.

Elódia Xavier (2022) destaca que as instituições Família, Igreja, Escola e Estado são agentes cruciais na manutenção da dominação social, pois essa “se institui por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante” (Xavier, 2022, p. 63-64). Por esse prisma, constrói-se uma situação em que o sujeito dominado permanece preso de acordo com as normas sociais, os indivíduos legitimam as hierarquias sociais e aceitam passivamente seu lugar, pois existe uma ordem hierárquica que valida essa subordinação, tal qual um contrato social.

Em *Corpo Desfeito* (2022), a vida de Amanda é rigidamente controlada pela avó em vários aspectos, que faz da religiosidade um instrumento de dominação em múltiplos aspectos. Embora não explicitamente ligada a uma religião específica, a prática ecoa o mito judaico-cristão que ainda ampara o pensamento ocidental e se manifesta através de papéis sociais que reforçam estereótipos femininos de conduta e comportamento e alimentam o patriarcalismo, um sistema que:

sustenta-se nas variadas instituições que agem como promotoras e controladoras em todas as esferas sociais, tais como o Estado (a política e as leis), as escolas, as famílias e a Igreja. Partindo dos mitos judaico-cristãos,

os princípios clericais, que regeram por séculos como força soberana nas sociedades ocidentais (e em muitas orientais), contribuíram não só para a construção de uma imagem feminina calcada na inferioridade do sexo, mas nas atribuições negativas envolvendo caráter e “juízos de valor” (Schweig, 2023, p. 25).

Em sua pesquisa sobre a eroticidade nos contos claricianos, Talita Schweig (2023) traça um estudo sobre a construção das imagens de mulheres nos mitos-judaicos-cristãos, e analisa como os corpos femininos ao longo da história tiveram sua individualidade e identidade reduzidas aos papéis sociais e biológicos a serviço dos homens, como uma forma de moldar sua conduta a partir de modelos e estereótipos presentes na Bíblia. Interessa-nos, portanto, a dicotomia associada à figura de Eva e de Maria, idealizadas como figuras dicotômicas pela Igreja. Desse modo, ocorre a

a demonização das mulheres pela associação à Eva, a qual carrega a culpa pelo pecado original que levou o homem à queda do paraíso. Já em Maria, se vê baseada a imagem da mulher santa, isto é, aquela que, apesar de carregar o pecado original causado por Eva, é purificada através da castidade e da obediência aos ensinamentos religiosos (DELUMEAU, 1990). Mas as mulheres reais estavam longe de atingir o ideal de perfeição da Virgem, sobressaindo, assim, a imagem preconceituosa sobre o caráter desviante atribuída à Eva (Schweig, 2023, p. 28).

Esse ideal difundido pela Igreja enquanto formadora do pensamento ocidental, categoriza os corpos femininos através do papel de Eva, a principal culpada para que a humanidade fosse expulsa do paraíso com seu ato pecaminoso, em contraste com a figura de Maria, uma mãe virgem, portanto, inatingível aos humanos. No 12º aniversário de Amanda, Fabiana sofre um

acidente e a garota torna-se órfã, sendo deixada aos cuidados da avó. Após um longo período de luto, Marlene diz à neta que recebeu uma revelação de Fabiana em um sonho. A revelação consistia em um conjunto de regras sob as quais a falecida supostamente exigia que a filha fosse criada, como se lê no trecho abaixo:

Então ela [...] me contou que enquanto estava vivendo aquele luto intenso, chorando todas as noites, começou a receber sonhos enviados pelos céus. **Mainha aparecia vestida como santa, com um manto azul-claro que reluzia tanto quanto o da Virgem Maria, e tinha o rosto sereno e descansado.** Num deles, mainha explicou para vó que toda aquela culpa precisava de perdão, e que a única forma de ser perdoada estava no esforço para manter uma vida decente e modesta. Em outro, falou sobre mim, sobre como vó deveria me proteger para que eu não fizesse escolhas ruins, **porque eu devia ser pura.** Nos dias que seguiram, vó recebeu fragmentos de normas, regras a serem seguidas, instruções de como buscar esse perdão e uma reza pequena a ser repetida todos os dias, especialmente aos domingos, quando aconteceria uma preparação, tudo regido por vó (Arraes, 2022, p. 53, negrito nosso).

Com os trechos em destaque, podemos compreender como a estátua de Fabiana transformada em santa remete à figura de Maria, como se a moça transcendesse seus pecados da carne através da morte — e coberta com manto em tom azul tão característico, o mesmo tom dos vestidos simples que Marlene obriga que a neta use, substituindo todas as suas roupas antigas: “Eu era a garota do vestido azul, a que parecia uma freirinha” (Arraes, 2022, p. 77).

Ao invocar a figura santificada de Fabiana, a avó justifica suas decisões em manter Amanda pura e obediente e realiza constantes exames corporais como parte de um ritual

de purificação que visaria garantir a castidade da menina, aproximando-a do ideal de Maria, pois “apenas as mulheres castas e puras eram consideradas respeitáveis. Aquelas que não se conservavam virgens até o casamento eram associadas com a imagem da pecadora e prostituta” (Schweig, 2023, p. 44).

Amanda se submete a essa dominação pela ordem hierárquica, pela ideia da família sagrada, da família como instituição que nunca pode ser questionada. Como nos trechos: “Uma lógica simples. Um papel que eu tinha que cumprir” (Arraes, 2022, p. 71); “Eu ouvia e obedecia” (Arraes, p. 74); “Eu acreditava na santidade da mulher que fez tudo por mim” (p. 75). Essa prática, além de violar o corpo e o espaço da menina, reforça a ideia de que o corpo das mulheres é um território a ser vigiado e controlado, e que a sexualidade feminina é algo sujo e perigoso que precisa ser reprimido — e Amanda é assujeitada a essas “inspeções”: “Era o normal de minha vida. Contava com a repetição daquela reza, soberba em sua segurança, direcionada à mainha, a única capaz de me oferecer a proteção que uma menina de doze anos deseja” (Arraes, 2022, p. 8).

Os rituais incluíam tanto a mudança nas vestimentas, como períodos de jejum, constantes orações e regras extremamente rigorosas em relação à higiene pessoal, proibições de acesso a entretenimento e normas quanto ao seu comportamento diante de figuras masculinas e quem poderia ou não tocá-la. Reforçando a conduta de manter-se limpa e coberta, protegida para que não desperte o desejo dos homens, pois “o corpo feminino é considerado a fonte da perdição e, conseqüentemente, o responsável pela perdição imoral” (Schweig, 2023, p. 32).

Os maus tratos sofridos por Amanda manifestam-se de diversas formas, a exemplo da violência patrimonial, quando

Marlene realiza uma purificação na casa e descarta todos os objetos pessoais da menina que ela considera “impuros”. A aceitação resignada de Amanda, como demonstra o trecho “como tantas outras coisas, estava mais do que conformada, me sentia até muito convencida” (Arraes, 2022, p. 65), evidencia a complexidade da violência psicológica e retifica a aquiescência da personagem em diversos momentos, o não questionamento e a passividade enquanto único lugar possível para aquele corpo frágil, dócil (Foucault, 1987), como no trecho: “Eu fui obrigada, mas também quis. [...]. Por isso eu aceitava as mãos de vó no meu corpo que tremia, por isso não questionava o propósito de tudo que ela me apresentava” (Arraes, 2022, p. 79).

Conforme aponta Elódia Xavier (2022), existem momentos em que o controle “falha”, momentos de indisciplina que são fundamentais na narrativa de *Corpo Desfeito* (2022), pois, através desse processo de resistência, Amanda busca a libertação das amarras de sua avó e, por extensão, dos grilhões da religião e do patriarcado. A princípio, com pequenas ações, como quando recusa-se a usar o vestido azul simples costurado por Marlene e pega escondida da avó um conjunto de blusa e saia, e descreve o momento como: “O sentimento parecia novo. Devia ser apenas o resgate de algo banal, mas não era. [...] aquele par de roupas se grudava ao meu corpo como algo muito meu” (Arraes, 2022, p. 83- 84).

A transgressão tem sucesso momentâneo, pois a avó vai até a escola de Amanda e obriga a menina diante toda a turma, a mudar de roupa para suas vestes simples. Em outro momento, Amanda aceita um presente de sua amiga Jéssica e, quando Marlene a vê com roupas convencionais — uma blusa e um *jeans* — responde com violência mais uma vez. Encaminhando-se

para o final da narrativa, Amanda começa a nutrir um sentimento de revolta:

Na cabeça, uma pequena labareda de provocação. E se eu desse os remédios trocados? Se, em vez dos comprimidos para o coração, eu entregasse apenas remédios para dor de cabeça? Tirei as cartelas de comprimidos da caixa e fiz a troca. [...] Mas sabendo de minha escolha, voltei atrás. Não sei explicar que tipo de morte desejei para ela, mas diante do oratório, olhando para mainha, sentindo a força de sua imagem iluminada pelo fogo, pedi que ela desse um fim ao meu sofrimento. De qualquer jeito que fosse (Arraes, 2022, p. 107, 108).

A menina elabora uma tentativa de revidar, cansada de tantas agressões, e troca os remédios de Marlene, mas quando a avó realmente adoece, Amanda se arrepende. Sua libertação concretiza-se apenas quando, ao ouvir ameaças veementes da avó, responde às agressões:

Então meu corpo foi tomado por vontade de movimento. Agarrei a primeira coisa que vi na minha frente, uma das velas. Quebrei a vela ao meio. Achei pouco. Arranquei as currulepes dos pés e joguei em vó. Ela veio para cima de mim e eu a empurrei. Ela bambeou para trás. [...] Tomei a estátua do oratório e joguei no chão. Segurei outra vez e joguei mais longe. Só parei quando vi que mainha estava bastante rachada, os pedacinhos espalhados pelo chão (Arraes, 2022, p. 119-120).

O trecho em que Amanda quebra a estátua de sua mãe Santificada, representa uma rachadura definitiva na fé e devoção da menina em relação aos rituais religiosos de purificação impostos a ela. A destruição do símbolo que a avó utilizava para manipulá-la e oprimi-la, marca o momento em que Amanda se liberta desse ideal. Ela reconhece sua condição de vítima e confronta a dura realidade da própria situação, e ainda que

de forma “justificável”, responde com a violência e fúria que faziam parte do seu cotidiano.

Tudo o que eu acreditava e tudo o que era motivo de dúvidas estava destruído. Se realmente achei que mainha tinha virado santa, e por algum tempo acho que acreditei nisso com todo o meu coração, naquele dia minha cabeça virou. A estátua não era abençoada, todas aquelas regras absurdas eram ridículas e, depois de conseguir dizer isso com a boca cheia, enxergava como eram aterradoras. Eu chorava também de vergonha. Que vergonha ter passado por todas aquelas coisas. Que vergonha ter acreditado, e ter obedecido, e ter vagado como alma, ter caído como vítima (Arraes, 2022, p. 120 121).

Essas contribuições, relacionadas ao conceito de “corpo disciplinado”, dialogam diretamente com as perspectivas que dizem respeito à naturalização da subordinação e da posição de inferioridade como sintomas de uma doença que está nas raízes das relações de gênero em todos os campos da sociedade. Marlene internaliza os discursos que foram construídos ao longo de muitos séculos ao ponto de impor sobre a neta tamanha violência, e age em consonância ao argumento de que a figura feminina deve a todo momento resguardar a sua pureza física e moral para provar o seu valor. Isso ocorre em um ambiente de restrições e nos limites da vida doméstica, condenando qualquer contato com a vida pública e minando todas as relações que a garota poderia construir na escola, na igreja ou nas aulas de costura que gostava de frequentar.

Nesse sentido, a narrativa de Jarid é um projeto literário, político e estético que problematiza discussões em torno dos corpos dissidentes notoriamente marcados por relações de poder instaurados pelos padrões cisheteronormativos, patriarcais e

racistas. Por intermédio da literatura os tantos corpos desfeitos que circulam em nossa sociedade resistem buscando romper com ciclos de sofrimento.

Considerações finais

Este artigo apresentou discussões críticas e teóricas sobre o *modus operandi* das estruturas patriarcais na perpetuação de vetores políticos, sociais e culturais que marginalizam as mulheres historicamente por intermédio da análise do livro *Corpo desfeito* (2022), de Jarid Arraes. Todas essas questões foram debatidas tomando como ponto de partida a literatura como extensão da própria vida. Buscamos apresentar algumas reflexões analíticas que interligam de forma interseccional gênero, raça/etnia e classe/economia desvelando os mecanismos de poder instaurados nas construções simbólicas de hierarquia entre os sujeitos a depender de suas marcas identitárias.

Corpo desfeito (2022) desempenha um papel fundamental ao incluir experiências silenciadas, corpos oprimidos, disciplinados e violentados abrindo caminhos para debates sobre a necessidade de construções de relações sociais mais equânimes tanto na esfera da diegese da obra quanto no espaço da autoria, isto porque, a literatura, como dito, representa uma forma de enfrentamento e resiliência contra os valores misóginos, racistas e às estruturas opressoras do neoliberalismo.

Como defendemos ao longo do artigo, a literatura atua como espaço político, ético e simbólico onde é possível reescrever uma história outra, de autoafirmação de subjetividades e experivências de mulheres racializadas e, em muitos casos, empobrecidas, promovendo a visibilidade de suas narrativas e

suas intelectualidades, pois como afirma Cida Bento: “é urgente fazer falar o silêncio” (2022, p. 24). Esperamos que estas reflexões inspirem desdobramentos e aprofundamentos teóricos que continuem a interrogar as relações de poder que sustentam as opressões e as violências de gênero. Que a leitura de *Corpo Desfeito* convoque novas análises sobre como o patriarcado, a moral religiosa e o racismo estruturam práticas de silenciamento, disciplinamento e controle dos corpos femininos. Ao trazer à tona essas camadas de opressão, a obra de Jarid Arraes nos lembra da urgência de produzir leituras críticas que contribuam para desestabilizar essas estruturas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ARRAES, Jarid. *Corpo Desfeito*. 1º ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2022.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERTOLINO, Linda Maria de Jesus; CHAVES, Leocádia Aparecida. Aos corpos desfeitos, o refazer. *Revista Odisseia*, [S. l.], v. 8, n. Especial, p. 363–382, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/32361>. Acesso em: 17 jan. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 313-321.

DUARTE, Ana Carolina Pereira. Proteção ou punição? O corpo feminino em *Corpo Desfeito*, de Jarid Arraes. *Rascunhos Culturais*, v. 14, n. 28, p. 50-58, 29 abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/rascunhosculturais/article/view/19409>. Acesso em: 17 jan. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 38-51.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje:*

perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 54-83.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? *In: Sociedade Brasileira de Sociologia* (ed.). Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottmann, Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PITANGUY, Jacqueline; ALVES, Branca Moreira. *Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022.

SCHWEIG, Talita Luana. *A tessitura erótica como expressão da individualidade feminina: um recorte de Clarice Lispector*. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2023. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6535>. Acesso em: 11 mar. 2025.

XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Crítica Feminista: lendo como mulher. *Revista FronteiraZ*, São Paulo, n. 7, dez. de 2011, p. 1-10.